

# LIBERDADE E LIBERTAÇÃO: UMA LEITURA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

*Marco Antonio Silveira\**

## **Resumo**

Este artigo tem por objetivo avaliar alguns aspectos relativos à Inconfidência Mineira tomando como base as reflexões de Hannah Arendt sobre a constituição do mundo moderno, bem como a emergência da questão social.

## **Abstract**

This paper aims at evaluating some aspects related to the Inconfidência Mineira taking as support Hannah Arendt's reflexions about the constitution of the modern world, as well as the emergency of the social question.

---

\* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

## **Introdução**

Desde o século XIX, a Inconfidência Mineira tem sido identificada pela historiografia, em que pesem suas distintas vertentes, como um movimento voltado à realização da liberdade. De modo bastante geral, tem-se discutido o alcance e o significado da Inconfidência de 1788-89 no que diz respeito à possibilidade de ruptura com os laços coloniais e ao modelo de sociedade constituído durante a colonização. Determinadas leituras no campo da Política podem contribuir para que os historiadores voltados ao estudo do tema balizem conceitos e problemas cruciais. Dentre essas leituras encontra-se a que a filósofa Hannah Arendt elaborou a respeito da constituição do mundo moderno. Este artigo consiste num exercício de reflexão que, partindo de algumas das análises da autora, visa, ainda que de modo preliminar, perscrutar a Inconfidência Mineira através da recuperação de questões mais amplas sobre a noção de liberdade.

Para isso, o artigo se divide em duas partes. Na primeira, é apresentada uma síntese das análises arendteanas sobre a questão da liberdade durante a formação do mundo moderno. Na segunda, são levantados seis aspectos relativos à conformação do movimento ocorrido em Minas Gerais. Na conclusão, procura-se responder à seguinte pergunta: o que almejavam os inconfidentes, a liberdade ou a libertação?

## **Liberdade e libertação**

Um dos temas fundamentais presentes no pensamento da filósofa alemã Hannah Arendt consiste na avaliação de como, durante a constituição do mundo moderno, o desenvolvimento das estruturas mercantis e da administração burocrática alterou o significado da política, dissolveu os antigos limites existentes entre o público e o privado, e promoveu a emergência de uma dimensão nova, o social. Em grande medida, é em correspondência com a “questão social” que a autora analisa o fenômeno das revoluções modernas. No bojo dessa reflexão, encontra-se uma diferença conceitual que certamente ajuda o historiador a compreender determinados aspectos da Inconfidência de 1789 em Minas Gerais: aquela que se estabelece entre liberdade e libertação.

No intrincado caminho percorrido com vista à definição de tais conceitos, H. Arendt (1988) estabeleceu certos contrapontos decisivos. O primeiro deles, formulado no capítulo introdutório de um de seus mais importantes livros, implica a distinção entre guerra e política. Seguindo a literatura grega clássica, a filósofa identificou a política com o exercício da persuasão e definiu a guerra como um fenômeno externo à pólis. Dessa maneira, uma vez que a fala diz respeito à política, uma teoria da guerra só poderia ser, no máximo, justificção da violência. Glorificar e

justificar a guerra como tal seriam atitudes antipolíticas. Daqui aparece um segundo contraponto, entre guerra e revolução. Esta última, ao superar a idéia de repetição e associar-se ao começo de algo novo, significaria liberdade e se distanciaria de outras formas de violência tais como insurreições, golpes de Estado, guerras civis e lutas de facção. Para Arendt, a revolução moderna, vinculada ao problema do princípio, assumiu um sentido diferente daquele expresso na noção cíclica e imutável de história da Antiguidade, para a qual insurreições e golpes eram mudanças repetitivas que não instituíam começos. Nela, o princípio coincidiria com a liberdade de criar o novo. Essa liberdade, cujo significado é marcadamente político, equivaleria à tentativa de fundar a isonomia, isto é, um quadro de relações políticas caracterizadas pelo não-mando – o déspota não pode ser livre porque o mando destrói o espaço propriamente político.

Esse constitui um dos elementos fundamentais na compreensão de Hannah Arendt sobre os desdobramentos das revoluções modernas, isto é, seu intento de fundar um espaço público livre. Para que o termo *revolução* escapasse ao sentido cíclico fixado desde a Antiguidade e se identificasse com a criação do novo, a tendência à secularização – ou, em outras palavras, à separação entre reino secular e religião – foi imprescindível. Seja como for, a idéia de que a revolução institua algo inteiramente diferente no curso da história só se impôs efetivamente com os dois grandes movimentos ocorridos no final do século XVIII: a Independência da América Inglesa, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789. Porém, um outro desdobramento importante, atinente à questão social, também se efetivou. Embora na Antiguidade – com Aristóteles, por exemplo – fosse possível pensar nos vínculos entre política e interesses numa perspectiva “materialista”, na Idade Moderna a idéia de que o trabalho produz a riqueza – expressa, por exemplo, nas reflexões de John Locke e Adam Smith – levou à articulação entre revolução e questão social. Com a afirmação da tese de que a pobreza não era um dado natural, podendo ser contornada por meio da administração eficaz do trabalho humano, a revolução tendeu a identificar-se não apenas com a mudança das estruturas políticas, mas também, e de forma especial, com a mudança radical das condições sociais.

Assim, ainda que os revolucionários franceses e americanos tenham debatido amplamente o tema da *liberdade* como sinônimo do direito de participação no mundo político, viram-se também na necessidade de manter em foco o problema da *libertação*: a luta pelos direitos civis, pela liberdade de locomoção, de preservação da vida e da propriedade, pelo direito de se reunir e peticionar, pelo direito de não ser taxado indevidamente. A libertação não era um tema novo, podendo existir, como de fato existiu em certas circunstâncias, sob a monarquia (embora não sob a tirania); mas a liberdade demandava a república. Para Arendt (1988, p. 51), as revoluções modernas, nesse sentido, inauguraram uma longa linha de pen-

samento segundo a qual não haveria liberdade na pobreza – perspectiva presente em conceitos tão relevantes quanto os de *exploração* e *economia política*. No século XIX, nas palavras da autora, Marx, ao afirmar “que a vida é o bem maior, e que o processo vital da sociedade é o próprio centro do esforço humano”, teria enfatizado a “doutrina politicamente mais perniciosa da Idade Moderna”, tornando a abundância, e não a liberdade, o objetivo da revolução.

A distinção entre necessidade e liberdade, de acordo com H. Arendt, apareceu formulada na Independência de 1776. Na América, a visão realista dos pais fundadores teria diferenciado a participação no mundo político - a paixão pela distinção pública - da busca, por parte tanto de ricos quanto de pobres, da satisfação de suas necessidades. Na Revolução Francesa, a antiga concepção cíclica de história, originada da astronomia, assumiu conotação biológica, associando as noções de processo vital e vontade geral. A emergência vigorosa da questão social e do problema da pobreza colocou a felicidade, e não a liberdade, no cerne das discussões revolucionárias. O fato de a Revolução ter se tornando, marcadamente, um movimento contra a exploração acarretou consequências diversas: o apelo pela mudança da relação entre governantes e governados tendeu a dissolver-se na defesa do bem-estar do povo; o combate à tirania perdeu-se em meio à busca da felicidade; a antiga noção de consentimento (troca e debate de diferentes opiniões) foi substituída pela de vontade geral (unanimidade, opinião pública); a compaixão, vinculada a *le peuple*, se tornou a principal virtude política; e o destaque conferido à bondade natural do povo ocupou o lugar da república e da constituição. No Terror, a questão social se imporia de vez e a Revolução degeneraria em guerra civil e externa.

Ao lado das diferenças estabelecidas entre guerra e política, guerra e revolução, libertação e liberdade, necessidade e distinção, um outro contraponto importante foi esboçado pela autora: o que distingue liberdade política e liberdade interior (ARENDR, 1972, p. 188-220). Para H. Arendt, o campo da liberdade foi concebido entre os antigos como o lugar da ação e da política. Especialmente no contexto da pólis grega, a liberdade era identificada com a capacidade humana de falar e agir, o que pressupunha a existência de um espaço público comum. A filosofia da Antiguidade tardia, contudo, ressaltando a superioridade da *vita contemplativa* sobre a *activa*, teria transformado a liberdade num problema metafísico, conduzindo-a para o campo da vontade e do pensamento. Essa mudança, que implicou o conceito de liberdade interior, articulou-se ao pensamento de São Paulo e Santo Agostinho, mas podia ser também divisada na concepção epicurista de que é possível permanecer livre sendo escravo no mundo. Ademais, o cristianismo primitivo teria esvaziado o peso da esfera política em prol da busca da salvação da alma. De modo geral, segundo a autora, a noção de liberdade interior estaria vinculada a momentos históricos - como o fim da Antiguidade – nos quais o fim da

liberdade política levava os homens a se fecharem em seus lares ou em seus negócios.

Por isso, para Arendt, o credo liberal, para o qual quanto menos política, mais liberdade, seria questionável, pois concepção remeteria à separação entre liberdade e política arraigada em toda a Idade Moderna e presente naqueles que identificaram política e segurança (proteção dos bens e da vida) - seja a segurança que protege contra o medo (como em Hobbes), seja a que protege o processo vital (como aparece nas ciências sociais e políticas). O liberalismo (que, apesar do nome, contribuiu para a eliminação da noção de liberdade política), assim, teria como base a idéia de que as ações não devem ser tão livres quanto o pensamento, que em si não é perigoso.

Para Arendt, a liberdade política não é sinônimo de livre arbítrio, noção que define a escolha entre duas opções e estabelece um conflito obscuro entre mim e mim mesmo. Embora dependa do juízo do intelecto (que define motivos e calcula objetivos) e do império da vontade (que, comandando a ação, implica força ou fraqueza), a liberdade transcende ambos e brota de *princípios*, que são inspirados do exterior (em vez de operarem do interior, como os motivos), são demasiado gerais para fixarem metas específicas, matifestam-se no ato realizador e não perdem vigor ou validade durante a execução (diferentemente dos juízos do intelecto, que se defasam, e da força da vontade, que se esvai). A liberdade ou seu contrário surgem no mundo, pois, sempre que aparecem a honra, a glória ou o amor à liberdade (a ambição de fazer ou de ser o melhor), por um lado, e o medo, a desconfiança e o ódio, por outro. Nesse sentido, a liberdade identifica-se com a *virtù* maquiavélica, a excelência com que se responde às oportunidades abertas pela fortuna, traduzível por virtuosidade (excelência das artes de realização, e não de fabricação). A liberdade conduz à experiência da pólis grega e romana, na qual indivíduos livres (que não eram escravos, coagidos ou dependentes da necessidade) encontravam um espaço comum onde palavras e feitos podiam ser vistos, comentados e lembrados. O que estava fora desse espaço podia ser digno de nota, mas não era propriamente político. Nas palavras da autora,; “A coragem libera os homens de sua preocupação com a vida para a liberdade do mundo. A coragem é indispensável porque, em política, não a vida, mas sim o mundo está em jogo” (ARENDR, 1972, p. 203).

### **Reformismo e Inconfidência**

Para que se possa melhor compreender a situação de Minas Gerais às vésperas da Inconfidência, bem como a difusão do discurso reformista na segunda metade dos Setecentos, é interessante recorrer à *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, escrita pelo desembargador José João Teixeira Coelho na

década de 1770 e que teve sua última versão copiada em 1782<sup>1</sup>. A *Instrução*, provavelmente o mais importante estudo sobre Minas feito no período, foi lido e utilizado, na passagem do XVIII para o XIX, por autoridades e letrados tais como o doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (em sua *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*, de 1806), Roberto Southey (em sua *History of Brazil*, de 1819) e Raimundo José da Cunha Matos (em sua *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*, de 1837). O autor, desembargador da Relação do Porto que serviu como intendente do ouro e membro da Junta da Real Fazenda em Vila Rica (1768-1779), elaborou sua *Instrução*, num sentido fortemente político e administrativo, com o intuito de fornecer aos governadores informações documentais e legais organizadas e sistematizadas para que pudessem exercer o governo de modo mais eficaz. Seu impacto, como demonstra Caio Boschi, pode ser sugerido quando se identificam similaridades entre as propostas de Teixeira Coelho e aquelas defendidas na *Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo*, escrita em 1780 pelo governador d. Rodrigo José de Meneses, ou na *Instrução* apresentada em 1788 pelo secretário de Estado Martinho de Melo e Castro ao recém-nomeado governador de Minas, Visconde de Barbacena, ou ainda a algumas das orientações metropolitanas veiculadas nos anos finais do XVIII – devendo-se aqui mencionar que o manuscrito da *Instrução* de Teixeira Coelho situado no Arquivo Público Mineiro foi adquirido junto à livraria dos herdeiros do Conde de Linhares, d. Rodrigo de Sousa Coutinho. O trabalho do desembargador, assim como o do cartógrafo José Joaquim da Rocha, escrito provavelmente entre 1778 e 1780, inseriam-se numa mesma conjuntura, definida pela nova percepção de que a decadência das rendas reais em Minas não resultava do contrabando, mas da crise da mineração. Nesse sentido, a *Instrução* era herdeira do reformismo consolidado pelo Marquês de Pombal, que, tendo o fiscalismo como questão central, incentivava o fomento da produção, a introdução de novos produtos e de novas técnicas, o desenvolvimento da agricultura colonial, o melhor conhecimento do território e a superação do quadro de decadência aurífera. Lembre-se, a respeito da questão fiscal, que já em 1768 Francisco Antônio Rabelo, escrivão e contador da Junta da Real Fazenda, elaborara o *Erário Régio*, no qual procurava reunir informações sobre as origens e as limitações das rendas da Capitania. O trabalho de Teixeira Coelho articulava-se ainda tanto à erudição histórica já presente na Academia de História Portuguesa (fundada em 1720), quanto ao memorialismo pragmático proposto pela contemporânea Real Academia de Ciências de Lisboa (1779), podendo inclusive ter-lhe servido de modelo.

---

<sup>1</sup> As informações sobre a vida e a obra de Teixeira Coelho apresentadas a seguir acompanham muito de perto a criteriosa introdução que Caio César Boschi fez ao trabalho do memorialista. Cf. C. C. Boschi. “Textos introdutórios”. In: José João Teixeira Coelho. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte: APM, 2007, p.21-150.

No novo cenário inaugurado pelo governo de D. Maria I (1777-1792) e pela criação da Academia das Ciências, havia dois problemas centrais trazidos da governação pombalina: a preparação de homens públicos capazes e a constituição de sistema luso-brasileiro. Nesse sentido, os letrados preocupados com o desenvolvimento econômico de Portugal, embora atentos às necessidades de reformas no próprio Reino, voltaram-se essencialmente à América portuguesa formulando visões globais e integradas do Império baseadas de modo especial na valorização da natureza brasileira<sup>2</sup>. Por outro lado, as diversas produções memorialísticas efetuadas nas diferentes regiões imperiais, bem como o destaque dado a seus aspectos locais, resultaram em perspectivas fragmentadas e conflituosas que expressavam a dinâmica da crise experimentada no período pelas instituições do Antigo Regime e da colonização. Tais perspectivas, por vezes, apareceram sob formas institucionais como a Academia dos Renascidos (Bahia, 1759), a Sociedade Literária (Rio de Janeiro, 1794), as academias fundadas em Pernambuco (finais do século XVIII e início do XIX) e a possível Arcádia Ultramarina. Em Minas, como se disse acima a respeito da *Instrução* de Teixeira Coelho, a visão ortodoxa sobre a decadência começou a deslocar-se rumo a concepções, como as expressas nos requerimentos das Câmaras Municipais, que, embora não descurassem do tema do contrabando, focavam outros problemas importantes: a esterilidade de antigas lavras, a pobreza e o endividamento dos mineiros, as dificuldades técnicas enfrentadas pela agricultura e pela mineração, os efeitos perniciosos do excesso de tributação, a ineficiência dos órgãos e dos agentes administrativos etc.. Em linhas gerais, há aqui um *primeiro aspecto* decisivo para a compreensão da Inconfidência Mineira, movimento em gestação nos anos de 1788 e 89<sup>3</sup>: a possibilidade, aberta ou acentuada pelo memorialismo, de que os grupos dirigentes e letrados locais avaliassem mais profundamente os problemas da Capitania e questionassem a ineficiência ou a falta de soluções apresentadas pela Coroa.

Um *segundo aspecto* relaciona-se ao impacto da Independência dos Estados Unidos em 1777, amplamente referida pelos inconfidentes. Esse impacto deve ser avaliado sob dois pontos de vista diferentes. O primeiro diz respeito ao exemplo bem-sucedido de superação do colonialismo e de organização de um país independente, a despeito dos fundamentos que guiaram tais fenômenos. A esse respeito deve-se mencionar o contato, em outubro de 1786, feito por José Joaquim Maia e Barbalho - o estudante apelidado Vendek, nativo do Rio de Janeiro, que se instruiu em medicina em Montpellier e matemática em Coimbra - junto a Thomas Jefferson, pedindo-lhe apoio à realização da independência na América portuguesa. Um re-

<sup>2</sup> Cf., sobre a questão, o trabalho de Iris Kantor, *Esquecidos e Renascidos (1724-1759)*, São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>3</sup> Cf., sobre o entendimento da Inconfidência Mineira como um movimento em gestação, João Pinto Furtado *O manto de Penélope*, São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

lato do diálogo entre ambos alcançou o Brasil através de Domingos Vidal Barbosa, futuro inconfidente em Minas. Também deve ser citada a aproximação que o tema dos impostos realizava entre a América inglesa e a portuguesa. O segundo remete à aplicação ou não de questões analisadas por Hannah Arendt tais como o significado dos termos “restauração” e “revolução”, a valorização de mudanças nas condições sociais ou nas estruturas políticas (ou, em outras palavras, da libertação ou da liberdade), a secularização, a defesa da república ou da monarquia.

Um *terceiro aspecto* relaciona-se com a ocorrência, na discussão ilustrada da segunda metade dos Setecentos, de debates que, à luz de novas concepções, procuraram reequacionar as relações entre metrópole e colônia. Segundo José Luís Cardoso, na década de 1760, por exemplo, o inglês Josiah Tucker advogou a possibilidade de emancipação americana sob o argumento de que ela, além de livrar a Inglaterra dos pesados custos na administração de sua colônia, não implicaria a perda de seu mercado em decorrência da hegemonia do capital e dos manufaturados britânicos no mundo. Sugeriu que a liberdade de comércio dos americanos seria benéfica à Inglaterra, pois a forma de restrição ou monopólio impunha obstáculos ao seu crescimento. Na mesma linha, autores marcados pelo pensamento fisiocrata recuperaram argumentos parecidos. O governador das Antilhas Francesas entre 1759 e 64, Mercier de La Rivière, defendeu uma concepção de império cujas partes seriam autônomas e circularmente integradas pelo poderoso elo do comércio. Turgot, o importante ministro francês, concebeu uma autonomia controlada das colônias criticando os gastos excessivos com sua administração e os efeitos nocivos da forte tributação e da sujeição econômica imposta pela metrópole. Na década de 1770, o Abade Raynal, por sua vez – um autor diretamente mencionado pelos inconfidentes, que dedicou o livro 9 de sua obra à colonização do Brasil –, criticou amplamente a criação de companhias de comércio por Pombal, a enormidade de impostos e direitos sobre mercadorias, o peso representado pelos contratadores, a falta de comunicação direta com outras possessões, afirmando, por fim, que sem esses obstáculos a América portuguesa seria uma das mais belas colônias do globo. Conhecedor das obras de Tucker, dos fisiocratas e de Raynal, Adam Smith, cuja *Riqueza das Nações* foi editada em 1776, prevendo a emancipação da América inglesa, apontava como solução um modelo de união imperial pautado pela existência de assembleias coloniais e de representação dos colonos junto ao Parlamento britânico. Concebendo a colonização como potencialmente benéfica à divisão internacional do trabalho, contrapunha os benefícios do comércio colonial aos malefícios do monopólio<sup>4</sup>. Entre os

---

<sup>4</sup> Cf., sobre as informações mencionadas, José Luís Cardoso. “Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: José Luís Cardoso (coord). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p.63-111.



conspiradores mineiros, além da obra de Raynal, circulava o *Recueil de Loix Constitutive des États-Unis de l'Amérique*, publicado na Filadélfia em 1778, que continha os Artigos da Confederação e as constituições de alguns Estados norte-americanos.

Um *quarto aspecto*, estreitamente vinculado aos anteriormente indicados, refere-se ao grande número de brasileiros que frequentaram a Universidade de Coimbra entre a reforma de 1772 e o ano de 1785, ou a de Montpellier entre 1767 e 1793 (trezentos alunos no primeiro caso e cinquenta no último)<sup>5</sup>. O mencionado Domingos Vidal Barbosa, proprietário de terras em Minas Gerais, foi um grande propagandista da obra do Abade Raynal. José Álvares Maciel, filho de um riquíssimo comerciante de Vila Rica e contemporâneo de José Joaquim Maia, viajou pela Inglaterra anos antes de compor a Inconfidência com o intuito de estudar técnicas manufatureiras e de obter informações sobre a Revolução Americana. Antônio Pires da Silva Pontes, por sua vez, foi denunciado ao ministro Martinho de Melo e Castro por afirmar em Mato Grosso que as Minas se tornariam o coração de um grande reino. Em 1785, o paulista José Bonifácio escreveu um poema em que destacava personagens como Rousseau, Locke e Voltaire por combaterem o horrível monstro do despotismo. O número de mineiros que estudaram em Coimbra foi significativo: 12 dos 27 brasileiros em 1786 e 10 dos 19 em 1787. O poeta Cláudio Manuel da Costa formou-se em 1749, tendo ingressado na Academia Brasílica dos Renascidos dez anos depois. Proprietário de terras e escravos, portador do Hábito da Ordem de Cristo, tornou-se secretário de governo de Minas Gerais e procurador da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica. Tomás Antônio Gonzaga era filho de um dos confidentes de Pombal, magistrado brasileiro que serviu como ouvidor em Pernambuco, como juiz da Relação, intendente do ouro e primeiro ministro na Casa de Inspeção da Bahia e, por fim, como juiz da Relação do Porto. Foi o pai que apresentou pessoalmente o *Tratado de Direito Natural* a Pombal. Gonzaga, como se viu acima, nasceu no Porto e educado no Colégio dos Jesuítas na Bahia, testemunhou sua expulsão em 1789. Nomeado ouvidor de Vila Rica em 1782, tinha na época da Inconfidência indicação certa para a Relação da Bahia. Inácio José de Alvarenga Peixoto, também formado em Coimbra, foi indicado ouvidor do Rio das Mortes. Homem rico, embora muito endividado, era proprietário de terras e escravos. Luís Vieira da Silva, um conhecido sermonista em festas e ocasiões solenes, estudou no Colégio dos jesuítas em São Paulo durante a década de 1750, foi indicado para a cadeira de Filosofia no Seminário de Mariana em 1757 e eleito comissário da Ordem Terceira de São

---

<sup>5</sup> Cf. Kenneth Maxwell. "The generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian Empire". In: Dauril Alden (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*, Los Angeles/California: University of California Press, 1973, p.107-44.

Francisco de Vila Rica em 1770, sendo um grande entusiasta da Revolução Americana<sup>6</sup>.

Um *quinto aspecto* remete à geografia da Inconfidência e ao perfil dos conspiradores. Embora o padre José da Silva e Oliveira Rolim, por exemplo, adviesse da região diamantina (sabendo-se que Cláudio participava de redes de contrabando na mesma área), os dois principais focos da Inconfidência foram o Centro minerador e o Sul da Capitania, representados respectivamente por Vila Rica e São José del Rei (FURTADO, 2002). A Inconfidência, portanto, teve uma dimensão tanto urbana quanto rural. A grande maioria dos bens executados junto aos conjurados radicava-se na Comarca do Rio das Mortes, e apenas uma minoria deles indicava um modo de vida propriamente urbano. Esse aspecto não somente indica a articulação de interesses diferentes, como também expressa que o movimento precisa ser compreendido em função da diversidade regional e econômica já traçada no último quartel do século XVIII, destacando-se aí o desenvolvimento agrícola do Sul de Minas. Após o insucesso da Inconfidência, foram criadas novas vilas nessa região, como Barbacena e Campanha, medidas que podem indicar estratégias de cooptação e integração dos grupos dirigentes e econômicos da área. Por outro lado, o perfil dos participantes indica a predominância de fazendeiros, clérigos, militares e letrados (médicos, advogados ou magistrados).

Um *sexto aspecto* envolve a mudança de orientação política após a queda de Pombal, especialmente com a atuação de Martinho de Melo e Castro, ministro dos Domínios Ultramarinos, cuja perspectiva, mais estreitamente mercantilista e associada aos interesses da burguesia portuguesa, redundou em 1788 numa crítica *Instrução* dirigida ao Visconde de Barbacena - que, aliás, havia sido o primeiro secretário-geral da Academia Real de Ciências de Lisboa -, fundada na relação entre queda do quinto e contrabando. Nela, além da imposição da derrama, exigiam-se diversas reformas na Capitania - dentre as quais a reorganização das tropas, a cobrança das dívidas de contratadores e o afastamento da plutocracia local de postos administrativos - que se mostraram potencialmente prejudiciais aos grupos dirigentes locais. Trata-se aqui da tese de Francisco Falcon, retomada por Kenneth Maxwell, segundo a qual a Inconfidência teria resultado desse desarranjo político. Para Maxwell, o movimento teria se organizado em torno de três eixos de interesses: os financistas (destacando-se o papel do contratador João Rodrigues de Macedo, embora não indiciado), os letrados e os executores<sup>7</sup>. Nesse contexto,

<sup>6</sup> Cf. Kenneth Maxwell. "The generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian Empire"; *A devassa da devassa*, trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; João Pinto Furtado *O manto de Penélope*; Ivan Teixeira. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, São Paulo: Fapesp, Edusp, 1999.

<sup>7</sup> Cf. Francisco José Calazans Falcon. *A época pombalina*, 2ª ed., São Paulo: Ática, 1993; Kenneth Maxwell. *A devassa da devassa*. A tese é, contudo, relativizada por João Pinto Furtado em *O manto de Penélope*.

teria se tornado possível forjar uma identidade mineira em contraponto à identidade lusa.

João Pinto Furtado destaca ainda outras questões diretamente ligadas à organização da Inconfidência. Para o autor, não é possível associá-la a um projeto anacrônico de nação brasileira. Quando muito, o movimento procurou articular as Minas às Capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Diga-se de passagem que todos os 24 indiciados habitavam Minas Gerais quando do indiciamento, tendo a maioria de seus negócios vinculados à Capitania. Por outro lado, apesar dos vínculos entre José Joaquim Maia e Domingos Vidal Barbosa, não há indícios satisfatórios, de que os inconfidentes chegaram a estabelecer uma conexão internacional. Embora o movimento propusesse a fundação de uma Universidade e a criação de parlamentos situados nas vilas e articulados em torno de uma instância principal, tais informações não permitem que se estabeleça uma relação direta entre a incipiente organização institucional proposta pelos conspiradores e aquela formulada pelos norte-americanos, de caráter federalista e republicano. Aqui é preciso recuperar a tradição política ibérica, presente no pensamento escolástico, na organização de câmaras municipais e mesmo na dinâmica dos motins (FURTADO, 2002). Uma possível releitura pombalina dessa tradição ocorreria no pensamento de Gonzaga, que, conquanto valorizasse o papel de letrados frente à nobreza de sangue, permaneceu afeito às concepções estamentais e à crítica ao arrivismo<sup>8</sup>. Também não é clara a postura dos inconfidentes frente à escravidão. A idéia de abolir o cativeiro de negros e mulatos nascidos no Brasil aparece associada à obtenção de apoio mais amplo ao levante.

### Conclusão

Em suma, na segunda metade do século XVIII, o memorialismo, as propostas reformistas e o estímulo à ascensão de letrados alimentaram a reflexão local acerca das dificuldades coloniais. Nesse contexto, a Independência das Treze Colônias e as tentativas, no seio do próprio Estado luso, de reequacionar os vínculos entre metrópole e colônia conferiram uma nova coloração aos debates que visavam restaurar as condições sociais e políticas vigentes na Capitania de Minas Gerais, marcada naquele momento por expressiva diversidade regional. Em tais condições, é compreensível que a Inconfidência Mineira carecesse de maior coesão no que diz respeito tanto à composição do movimento quanto à abordagem de temas tais como sua abrangência territorial, as formas políticas a serem adotadas e a continuidade da escravidão.

---

<sup>8</sup> Cf. Ronald Polito. *Um coração maior que o mundo*, São Paulo: Globo, 2003; Ivan Teixeira. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*.

Apesar dessa ambiguidade, é possível perguntar, à luz de algumas reflexões propostas por Hannah Arendt sobre a constituição do mundo moderno, se a questão crucial da Inconfidência era a libertação ou a liberdade – ou, em outras palavras, a formulação de saídas para determinadas formas de *exploração* social e colonial ou a elaboração de um *espaço político* que, em algum nível, se apresentasse como experiência de não-mando. As observações retomadas acima parecem sugerir que, enquanto proposições políticas calcadas em alguma isonomia, caso tenham de fato existido, estiveram à margem do movimento, um dos seus temas fundamentais foi o da exploração – entendida, porém, como a constatação de que, não sendo a pobreza inevitável no universo colonial, era preciso encontrar soluções administrativas e científicas que a contornassem. Mesmo que a Inconfidência não tenha focado primordialmente pobres, libertos e escravos, preocupando-se, no essencial, com os limites impostos ao desenvolvimento da propriedade; mesmo que tenha eventualmente oscilado entre a restauração e a independência, o movimento de 1789 articulou-se em alguma medida à *questão social*. Nesse sentido, ancorando-se ou não em pressupostos iluministas ou na antiga tradição política ibérica, consistiu em fenômeno peculiar ao mundo moderno em formação.

### Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, trad., São Paulo: perspectiva, 1972.

ARENDDT, Hannah. *.Da revolução*, trad., São Paulo: Ática, 1988.

BOSCHI, Caio César. “Textos introdutórios”. In: COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte: APM, 2007, p.21-150.

CARDOSO, José Luís. “Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: CARDOSO, José Luís (coord). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p.63-111.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte: APM, 2007 FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*, 2ª ed., São Paulo: Ática, 1993.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*, São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

MAXWELL, Kenneth. “The generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian Empire”. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*, Los Angeles/

California: University of California Press, 1973, p.107-44.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*, trad., Riode Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo*, São Paulo: Globo, 2003.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, São Paulo: Fapesp, Edusp, 1999.

